

**O ENTRELACE NAÇÃO-PAISAGEM SOB AS LENTES DA TRAJEÇÃO
BERQUENIANA**

***EL ENTRELAZAMIENTO NACIÓN-PAISAJE BAJO LA LENTE DE LA TRAJECCIÓN
BERQUEANA***

***THE NATION-LANDSCAPE RELATIONSHIP UNDER THE LENS OF THE
BERQUENIAN TRAJECTION***



Leonardo Luiz Silveira da SILVA¹
e-mail: leoluizbh@hotmail.com



Alfredo COSTA²
e-mail: alfredo.costa@caxias.ifrs.edu.br

Como referenciar este artigo:

SILVA, L. L. S.; COSTA, A. O entrelace nação-paisagem sob as lentes da trajeção Berqueniana. **Rev. Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026011, 2025. e-ISSN: 2178-7298. DOI: 10.33081/33e026011



| **Submetido em:** 09/03/2022

| **Aprovado em:** 07/05/2026

| **Publicado em:** 11/08/2026

Editor: Prof.^a Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), Belo Horizonte – MG – Brasil. Professor Doutor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Área de atuação: Geografia.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul campus Caxias do Sul (IFRS), Caxias do Sul – RS – Brasil. Professor Doutor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Área de atuação: Geografia.

RESUMO: O artigo em questão trata-se de uma reflexão epistemológica a respeito das relações entre a paisagem e a nação. Para tanto, é utilizado o arcabouço teórico de Augustin Berque, com foco no seu conceito-processo de trajeção. Nesta reflexão, em que assumimos a indissociabilidade das dimensões ideológica e material, a paisagem e a nação são vistas a partir de uma relação dialética. O ponto de partida teórico é a consideração que a nação é uma comunidade imaginada, tal como preconizou Bennedict Anderson. Essa assertiva possibilita a defesa da perspectiva de que a materialidade da paisagem interfere na ideia de nação e, em contrapartida, essa ideia interfere no arranjo da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Trajeção. Paisagem. Nação.

RESUMEN: El presente artículo propone una reflexión epistemológica sobre la relación entre paisaje y nación. Para ello, se recurre al marco teórico de Augustin Berque, con énfasis en su concepto-proceso de trayección. En esta reflexión, en la que asumimos la inseparabilidad de las dimensiones ideológica y material, el paisaje y la nación se comprenden a partir de una relación dialéctica. El punto de partida teórico es la consideración de que la nación es una comunidad imaginada, tal como lo planteó Benedict Anderson. Esta afirmación permite defender la perspectiva de que la materialidad del paisaje interviene en la idea de nación y, a su vez, dicha idea interviene en la configuración del paisaje.

PALABRAS CLAVE: Trayección. Paisaje. Nación.

ABSTRACT: This paper is an epistemological reflection on the relationship between landscape and nation. For that, the theoretical framework of Augustin Berque is used, focusing on his concept-process of trajection. In this reflection, in which we assume the inseparability of the ideological and material dimensions, the landscape and the nation are seen from a dialectical relationship. The theoretical starting point is the consideration that the nation is an imagined community, as advocated by Bennedict Anderson. This assertion makes it possible to defend the perspective that the materiality of the landscape interferes with the idea of nation and, on the other hand, this idea interferes with the spatial arrangement of the landscape.

KEYWORDS: Trajection. Landscape. Nation.

Introdução

O artigo em questão, que transita essencialmente na seara epistemológica, visa compreender o entrelace entre a paisagem e a nação a partir do conceito de trajeção de Augustin Berque. O debate proposto neste artigo somente faz sentido a partir de um olhar que rejeita a separação entre mente e matéria, viés considerado por diversos autores (Ingold, 1993; Berque, 2012; Silva, 2020). Além da consideração do caráter indissociável do binômio mente-matéria, parte-se do pressuposto de que a nação é uma comunidade imaginada, que é uma abordagem consagrada por Benedict Anderson (2008) e celebrada por muitos (Billig, 1995; Gellner, 1997; Häyrynen, 2000; Raento; Brunn, 2008; Van Eeden, 2011; Silva; Silva, 2022). Tais perspectivas encaixam na construção teórica de Augustin Berque (2017) que edificou o conceito de trajeção como uma palavra-síntese de um processo dialético que envolve o plano material e das ideias. Defendemos neste artigo a posição de que a paisagem e a nação se entrelaçam trajetivamente a partir da gênese da ideia acerca da existência de uma comunidade nacional. Nesse debate, não temos a pretensão de precisar temporalmente a origem do pensamento nacional; ainda que possamos destacar certos marcos de ocorrência de processos globais e locais que dão substância ao pensamento nacional, acreditamos que essas formações ideológicas são temporalmente espaçadas e, por vezes, interrompidas e retomadas.

Como percurso para nossa reflexão apresentaremos primeiramente a trajeção berqueniana e como esse conceito contribui para compreender as relações entre a materialidade e imaterialidade mundana. Em seguida discutiremos a noção da nação como comunidade imaginada (Anderson, 2008). Posteriormente, considerando o desenvolvimento teórico, analisaremos a influência da paisagem sobre a ideia de nação e, em retorno, a influência da ideia de nação sobre a paisagem.

A Trajeção de Augustin Berque

A discussão que envolve a objetividade/materialidade e a subjetividade/imaterialidade é realizada com maestria em trecho importante do conjunto da obra de Augustin Berque. O autor considera que “a realidade vai além do material, ao mesmo tempo retornando a ele” (Berque, 2012, p.7). É uma argumentação semelhante a Walton (1995), ao defender que as ideias humanas moldam a paisagem, ao mesmo tempo em que a experiência humana molda as ideias (Walton, 1995); e também Cosgrove (1978), quando o autor salienta: “as ideias humanas moldam a paisagem, as intenções humanas criam e mantém lugares, mas a nossa

experiência no espaço e no lugar propriamente molda as ideias humanas” (Cosgrove, 1978, p.66). Tim Ingold (2007), por sua vez, fez uma distinção entre o que chamou de mundo físico (*physical world*) e ambiente (*environment*) que endossa a transcendência material abordada por Berque. Para Ingold (2007), enquanto o mundo físico existe em si mesmo, o ambiente é continuamente construído e significado nas relações construídas entre seres e objetos. No seio desta distinção, “as propriedades dos materiais, considerados constituintes de um ambiente, não podem ser identificados a partir de significados fixos e determinações essenciais, mas são bastante processuais e relacionais” (Ingold, 2007, p.14). Desse modo, o mundo físico seria apenas uma abstração que na prática não existiria per si, mas somente em uma complexa trama de relações e percepções que o tornam um ambiente.

Os conceitos de geograma (Berque, 2012) e tração (Berque, 2017) fundamentam a dialética mente e matéria e sintetizam parte importante do pensamento de Augustin Berque. Geograma é, *stricto sensu*, um conceito; a tração é, além de um conceito, um processo. Para se compreender a tração, tema central deste tópico, é importante compreender, de partida, o conceito de geograma. Para Berque, os objetos possuem uma dupla constituição: uma face objetiva e mensurável (*Topos*) e uma parcela subjetiva que vai muito além da materialidade, da constituição física do objeto (*Chôra*) (Berque, 2012). A face objetiva de um lápis, por exemplo, seria seu posicionamento de acordo com as coordenadas geográficas, a mensuração de sua forma, massa e elementos constituintes. A face subjetiva aborda o dimensionamento simbólico sobre a escrita da palavra lápis e suas mais diversas representações; incluiria ainda os processos produtivos que estão vinculados ao lápis, dentre os quais a exploração florestal, o minério para extração do grafite e as fábricas de papel, afinal, há de se considerar que o lápis não escreve no vazio. Poderia ainda, nessa dimensão subjetiva, relacionar o lápis diretamente à aquisição de saber ou armazenamento de ideias. No contexto desta reflexão, Berque anuncia: “imaginar a Terra sem o céu, ou o inverso, não passa de uma abstração” (Berque, 2012, p.8). Assim, constituindo-se como geogramas, os objetos não podem ser meramente descritos em sua constituição aparente. A premissa em questão assemelha-se com a reflexão de Cosgrove (1983) relativa à atividade humana, que seria ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação.

O conceito de geograma é uma porta de entrada para a discussão mais elaborada acerca da tração. Por comportar a noção de um processo, não seria infundada a consideração da tração como um modelo analítico, com aplicações interessantes em diversas

questões de interesse geográfico, como a temática que exploramos neste artigo. Augustin Berque assim define a trajetção:

É o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o homem para, indefinidamente, humanizá-lo de volta e assim por diante (Berque, 2017, p.6).

A trajetção berqueniana sintetiza um processo que muitas vezes é descrito de forma similar por outros autores que sequer tiveram contato com sua obra. Pensando nas relações envolvendo a dimensão social e o espaço, Brian J. Graham se manifesta assim: “O poder social requer espaço. O seu exercício dá forma ao espaço que, por sua vez, dá forma ao poder social” (Graham, 1994, p.258). Em congruência, Berque e Graham apresentam um entrelace dialético que sugere um movimento cíclico ou circular; todavia, as relações entre as dimensões entrelaçadas provocam modificações constantes no estado das coisas, fazendo com que um suposto ponto de partida jamais seja encontrado. Pensando no processo em que descreve, Berque justifica a necessidade de se dar um nome ao arranjo dialético que envolve o homem e o meio: “em suma, a realidade do meio não é propriamente objetiva (porque ela pressupõe uma interpretação), nem propriamente subjetiva (porque ela pressupõe o ambiente). Ela é *trajetiva*” (Berque, 2017, p.7).

Os neologismos de Berque dialogam e explicitam de forma didática a dialética entre ideias e materialidade. Em uma publicação no ano de 1984, o autor propõe a interpretação da paisagem a partir dos conceitos entremeados de paisagem-marca (*paysage-empreinte*) e paisagem-matriz (*paysage-matrice*), que dialogam fortemente com as concepções de *geogramas* e *trajetção*. Na concepção de Berque (1984), a paisagem desempenha um duplo papel: ser o registro das marcas que dizem respeito aos atores que se relacionaram com determinados espaços (paisagem-marca) e, ao mesmo tempo, por intermédio das suas marcas, participar de esquemas de percepção, concepção e ação (paisagem-matriz). Em outras palavras, a paisagem é marca porque se enxerga nela as marcas daqueles que agiram sobre ela; e ela é matriz porque essas marcas que estão na paisagem servem para influenciar as pessoas para que elas continuem produzindo outras marcas, mas sob orientação das ideologias e dos sentidos que a paisagem em movimento lhe trouxe. Assim, tratamos de marca e matriz, de maneira trajetiva, porque ao mesmo tempo a materialidade interfere nas ideias e as ideias impactam afetivamente naqueles que vão interferir na materialidade, num processo de

reciprocidade sem começo. A matriz não é fixa, é claro, pois se há transformação no mosaico de marcas, há também a hibridização do estado das coisas da matriz. Ou seja, o que é elaborado mentalmente a partir da interação do homem frente às marcas paisagísticas contribui para as formas como se dão as ações humanas. Assim, da mesma forma como a mente interfere na matéria e, inversamente, a matéria interfere na mente, a paisagem-marca interfere na paisagem-matriz, que, por sua vez, inspira a ação humana que deixa novas marcas na paisagem.

No contexto da virada cultural, multiplicaram-se as abordagens que buscam ir além da materialidade na interpretação espacial; o entusiasmo com a transcendência da materialidade levou alguns autores a pregarem um idealismo radicalizado que negava qualquer objetividade e materialidade na análise geográfica. Maria Geralda de Almeida (1993), em um exemplo crítico ao pensamento trajetivo de Augustin Berque, assim se expressa: “sua análise de paisagem é desprovida de certos elementos importantes; é uma paisagem cuja produção passa completamente à margem de questões próprias das sociedades capitalistas” e ainda completa: “não há uma referência sequer às instituições sociais, tensões, conflitos sociais, por exemplo. Sua “paisagem” aparece, pois, esterilizada e com toda a suavidade de uma pintura japonesa” (Almeida, 1993, p. 45-46). Discordamos do rigor deste pensamento. Parece-nos muito claro que a abordagem de Berque deliberadamente opta por não hegemonizar o social e buscar o equilíbrio frente ao cultural e/ou identitário³. Em sua proposta material-transcendente, está claro que os aspectos tidos como falhos por Almeida (1993) fazem parte do conjunto analítico da paisagem, em uma evidente dialética entre as materialidades (dentre as quais as marcas sociais) e as ideias. A pós-fenomenologia e as teorias não-representacionais – que reagem à abdicação material do idealismo – aproximam da estratégia de Berque, que definitivamente não nega os efeitos da materialidade na composição da paisagem. Concordamos com Sarah Whatmore (2006) que argumenta que a criatividade da geografia cultural não é gerada por uma sucessão de “novas viradas”, mas pelo resgate das reminiscências deixadas por estes movimentos intelectuais ao longo do tempo que mitiga os excessos das geografias mais-que-humanas. Isso significa dizer que a negligência quanto à reflexão acerca do mundo material é tão preocupante quanto os vícios de uma abordagem exclusivamente materialista.

³ Sobre o equilíbrio da abordagem social e cultural, ver Silva (2021).

Nação vista como uma comunidade imaginada

A relativização do trato ontológico de diversas categorias das ciências humanas se proliferou na segunda metade do século XX, sobretudo a partir das chamadas “*turns*” (viradas) cultural e linguística. No seio desse contexto, o pós-estruturalismo se desenvolveu oferecendo bases para o processo de desconstrução e reconstrução dos significados. Desenvolvida originalmente na França, a discussão pós-estrutural chegou à geografia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (Woodward; Dixon; Jones, 2009). Para além das questões linguísticas, o pós-estruturalismo rejeita a noção de que a vida social pode ser explicada em termos de alguma superestrutura social. Essa é justamente uma das premissas do estruturalismo e aparece em algumas versões mais cruas do realismo, além de se tratar de uma importante conexão desta corrente de pensamento junto aos pressupostos pós-modernistas (Guelke, 2003). A crítica pós-moderna “parece congruir com as queixas daqueles que veem no estruturalismo um deslocamento do sujeito humano” (Gregory, 1989, p.70).

A dialética entre matéria e ideias, que inclui um processo de reconstrução contínua dos significados, também se manifesta no campo da intertextualidade, noção que integra um conjunto de pressupostos pós-estruturalistas (Schlosser, 2018). O intertexto é um campo relacional que serve à produção de novos contextos. Entre o ato de ler e escrever, significados são desestabilizados e reestabilizados novamente. Assim, os significados não podem ser entendidos como fixos, como a icônica tela de René Magritte nos põe a pensar (Figura 1). Ao contrário, os significados estão sempre em processo, esperando a sua desconstrução (Woodward; Dixon; Jones, 2009). É importante destacar que a desconstrução ontológica não é um privilégio exclusivo da categoria nação: Estado-Nação (Mikesell, 1983; Ohmae, 1999), territórios (Badie, 1995), soberania (Badie, 1999), região (Hartshorne, 1978; Agnew, 1999; 2013; Wishart, 2004; Silva; Costa, 2020a), cultura (Mitchell, 1995; Silva; Costa, 2020b), raça (Gilroy, 1998), classes (Thompson, 1987; Silva; Costa, 2020a) são exemplos de categorias cuja integridade meramente material sucumbiu ao escrutínio do relativismo dos significados.

Figura 1 – A traição das Imagens (René Magritte/1929). A provocação de Magritte, que marcou época, nos leva a pensar sobre as incongruências entre a escrita e imagem. A frase diz:
Isto não é um cachimbo



Fonte: MAGRITTE, René. A Traição das Imagens, 1929. Óleo sobre tela, 60,33 x 81,12 cm, Los Angeles County Museum of Art. Disponível em: < <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/a-traicao-das-imagens-rene-magritte/> > Acesso em 20 de mar. 2022.

Quanto à desconstrução da nação, certamente Benedict Anderson (2008) apresenta-se como um nome de grande repercussão. Defendendo a ideia de que a nação é uma comunidade imaginada ele assim se manifesta: “Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p.32). O autor desenvolve ainda a ideia de que “qualquer comunidade maior do que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (Anderson, 2008, p.33). A proposição de Anderson é amparada, aplicada e reinterpretada muitos autores, como Kevin M. Doak (1997) em seu estudo sobre a evolução da ideia de nação japonesa. Para Doak, existe um desajuste entre a percepção da imagem da nação a partir dos seus nacionais comparativamente à imagem produzida pelos estrangeiros, o que já nos mostra, de partida, que o imaginário acerca da nação não é composto por uma elaboração mental única. Pensando na particularidade da ideia de nação japonesa, Doak (1997) conclui que o mito da nação se edifica a partir de outras categorias imaginadas, como, por exemplo, a de etnia. No caso japonês há uma ideia comumente difundida de que a homogeneidade étnica do país é um dos trunfos nacionais; todavia, esquece-se que a própria ideia de etnia também é

definida arbitrariamente. No período militarmente ativo da história do Japão moderno – precisamente na primeira metade do século XX – a ideia acerca da existência de uma nação étnica japonesa (*minzoku*) serviu a um discurso geopolítico que incluiu noções de coesão e superioridade.

O fato de a nação ser pensada como uma comunidade imaginada possibilita desavenças sobre a tangibilidade nacional: quando se fala acerca da nação bengali (que envolve cerca de 300 milhões de pessoas na Índia e no Bangladesh), certamente se formula, em meio a uma coletividade, visões muito plurais sobre a entidade em questão. Bengali é um termo que tem carregado diferentes significados para as pessoas ao longo da história, como a comunidade das pessoas que falam a língua bengali, aqueles que habitam a Bengala Ocidental e os habitantes do atual Bangladesh. No caso do Bangladesh, o termo bengali inclui uma comunidade de pessoas que se dividem principalmente entre duas importantes religiões: o hinduísmo e o islamismo. O caráter elusivo do conceito de nação permite em situações como a da nação bengali que a narrativa que faz uso do termo se aproprie da forma como melhor lhe interessa, fazendo com que a arbitrariedade se torne uma decisão de caráter político (Kaplan; Herb, 2011).

Bennedict Anderson (2008) destaca que a mídia – revolucionada a partir das prensas de impressão – permitiu a partir do século XVIII que uma mensagem comum chegasse à grande audiência. A leitura em massa dos jornais tornou-se uma forma de celebração coletiva da nação (Hammett, 2021). O core do pensamento nacionalista é a crença de que o Estado nacional – identificado com uma cultura nacional e empenhado em protegê-la – é uma unidade política natural. Nacionalistas consideram que o Estado é uma instituição universal da sociedade humana (Gellner, 1997). Michael Skey (2009) relativiza as formas de atuação da mídia como construtora do nacionalismo; para o autor, a era das novas tecnologias que geralmente transcendem as fronteiras nacionais fez com que as relações envolvendo a mídia e a nação se tornassem mais complexas e fluídas, com destaque para o advento e disseminação da internet, da transmissão via satélite e dos telefones celulares. Apesar da língua ainda se apresentar como uma barreira na transmissão das notícias, a fluidez da informação tem ignorado solenemente as fronteiras nacionais e desempenhado, assim, um papel diferente daquele exercido pelos meios de comunicação outrora confinados ao espaço nacional e que tanto motivaram Bennedict Anderson, dentre outros, a pensar no papel da mídia para o fortalecimento da ideia de nação. A fluidez da informação soma-se a fluidez das produções artísticas, que carregam consigo narrativas: as produções de Hollywood notoriamente não

respeitam limites nacionais no seu ato de reafirmar sistematicamente valores americanos no mundo.

Quanto à capacidade afetiva da mídia sobre as pessoas, concordamos com a ponderação de Michael Billig (2009) que rejeita a possibilidade de as pessoas serem receptoras passivas das mensagens midiáticas; ainda que se fale sobre a existência de uma cultura de massa, sabe-se que as influências dos diversos meios midiáticos sobre as pessoas afetam diferentemente indivíduos, mesmo considerando a exagerada repetição e frequência de diversas mensagens. Entretanto, é repetida e formulada uma ideia geral tanto sobre valores éticos e estéticos quanto acerca do nacionalismo banal⁴. Essa ideia geral possui um núcleo duro aparentemente consensual; todavia, por intermédio de rigoroso escrutínio, verificar-se-ão suaves variações, sobreposições, congruências e incongruências quando a comparação das imagens carregadas em âmbito identitário torna-se o parâmetro da análise.

A paisagem interfere na construção da nação...

A paisagem é um elemento central para a formação das identidades e do nacionalismo. O seu papel na construção do mito da nação é de suma importância (Dayaratne, 2012). A construção do nacionalismo japonês se deu por intermédio da exaltação das potencialidades paisagísticas do país. O final do século XIX assistiu à publicação de *A Paisagem Japonesa* (1894), obra de autoria de Shiga Shigetaka (1863-1927): esse livro, incluso no programa educacional em diversos níveis de ensino e, portanto, obtendo grande alcance para o público japonês, defende a superioridade paisagística do arquipélago-nação frente às nações vizinhas continentais, como a China. Por isso mesmo, a obra em questão, que se opõe à ocidentalização é tida como um estudo da paisagem japonesa e, ao mesmo tempo, um misto de ufanismo, nacionalismo e ode ao imperialismo (Takeushi, 1999; Gavin, 2000). Comumente hinos trazem afirmações tais como “o céu de uma dada área geográfica é superior”, “os ares são mais puros” e “montanhas mais belas”: trata-se da expressão de um etnocentrismo – traço humano comum (Tuan, 1980) – que age como uma espécie de amálgama entre a paisagem e a nação. As lendas e os mitos nacionais revelam a fisiografia da paisagem, ao mesmo tempo em que contam relatos épicos e heroicos dos antepassados que se deram em tempos imemoriais, mas, principalmente, dotadas de localizações passíveis de serem imaginadas.

⁴ O termo nacionalismo banal foi criado por Michael Billig (1995) e se refere às ações de teor nacionalistas que são implícitas, apesar de estarem presentes no cotidiano das pessoas. Essa categoria de ações se opõe ao nacionalismo quente (hot nationalism), constituído de ações mais diretas.

A apropriação simbólica da natureza com propósitos nacionalistas é muito comum. A tulipa é vista como uma flor nacional holandesa, enquanto no Brasil animais endêmicos e heróis nacionais estampam as cédulas e moedas atualmente em circulação. É um fato amplamente divulgado o emprego do termo “civilização hidráulica” por parte dos historiadores como forma de se referirem às antigas civilizações que ocuparam as margens de rios de expressão: os egípcios se associam ao Nilo, os chineses ao Azul e ao Amarelo e os babilônicos à bacia Tigre-Eufrates. Esses rios desempenharam o papel de berços civilizatórios. A ideia acerca da existência de rios nacionais é um fenômeno da modernidade, mas expressa um passado de relações intensas associadas à paisagem fluvial (*Riverscapes*) (Cusack, 2006). Essas relações construíram, ao longo do tempo, um importante legado cultural: nesse sentido é útil a problematização de Tim Ingold (1993) acerca da paisagem das tarefas (*Taskscapes*), pois o trabalho é uma das formas mais expressivas de relacionamento entre o homem e o ambiente. A paisagem das tarefas é o resultado da simbiose entre o homem e o espaço; espacialidade e territorialidade tornam-se sentimentos irrefreáveis, expressões máximas do *dasein* heideggeriano.

Muitos rios desempenharam e ainda desempenham o papel de se apresentar como o limite natural entre Estados. Parcela importante dos limites brasileiros é demarcada por rios. As tensões territoriais que se projetam nos rios puderam construir ao longo da história distintas apropriações simbólicas de nações que se relacionaram com a mesma paisagem. Um exemplo clássico é o rio Jordão, bem como algumas de suas partes: no extremo jusante, o Mar Morto; no extremo montante, o lago Kinneret (Tiberíades para a toponímia árabe), popularmente conhecido como Mar da Galileia. Mas não são somente os rios que detêm o monopólio do simbolismo; claramente os rios desempenham um papel cosmológico importante, o que é justificado pela sua grande importância para o sustento de antigas civilizações e para nações contemporâneas, constituindo-se – *inter alia* – como o sustentáculo das atividades agrícolas. Todavia, devemos considerar florestas, montanhas, vulcões, cavernas e outras feições paisagísticas que receberam carga simbólica advinda de diferentes povos. Em sua obra erudita intitulada Paisagem e Memória, Simon Schama (2009) opta por dividir suas partes a partir do critério de elementos naturais, como a mata, a água e a rocha. Schama analisa com maestria como esses elementos dão suporte a diversas apropriações simbólicas e inspiram múltiplas representações artísticas. Essas reflexões certamente inspiraram Silva e Silva a considerar a paisagem como o “arcabouço da nação” (Silva; Silva; 2022).

... e a nação interfere na constituição da paisagem

Ideias interferem na constituição da dimensão material; desse modo, a nação, entendida como comunidade imaginada, interfere na constituição da paisagem. Os conceitos de afeto e performance, bastante utilizados nas teorias não-representacionais (TNR), auxiliam nessa compreensão, visto que as crenças – que também são consolidadas por intermédio da experiência frente à materialidade mundana – impactam nas ações humanas. A noção de afeto tem sido utilizada em trabalhos que lidam com as emoções em geografia e, justamente por penetrar no terreno das emoções, o seu significado permanece elusivo (Pile, 2010; Anderson, 2017). Em uma de suas compreensões, o afeto é entendido como um conjunto de variáveis que compõe a experiência cotidiana dos indivíduos e que se materializa por meio de práticas corporificadas (*embodied practices*), que passam, por sua vez, a serem manifestações do afeto que atingem outros corpos (Anderson, 2017). Faz sentido pensar que, ao lado de afeto, outro conceito fundamental das TNR seja o de performance: indivíduos atuam sem ter em mãos nenhum script como se estivessem em um palco perpétuo; atletas atuam correndo mais rápido ou golpeando mais fortemente; carros modernos atuam dirigindo com mais eficiência ou se adaptando às condições da estrada e amantes atuam no prolongamento do intercuro sexual buscando agradar mais o parceiro (Vaninni, 2015). Afeto e performance são conceitos que precisam ser vistos em conexão, pois, “as dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso” (Hutta, 2015, p.296).

Ghazi Falah (1996) pontua que a paisagem pode ser concebida como um produto da luta entre interesses em conflitos advindos de grupos distintos que procuram exercer a dominação sobre um determinado espaço. Nesse sentido, o sentimento nacionalista move as pessoas a executarem performances rigorosas com resultados paisagísticos evidentes. Em seu estudo sobre as transformações da paisagem simbólica em Israel, Falah salientou que as autoridades israelenses desenvolveram a estratégia de remoção de traços culturais preteritamente consolidados por outros povos na paisagem de Israel e, assim, “estancando e enfraquecendo as reivindicações palestinas sobre o território” (Falah, 1996, p.257) em uma clara estratégia de desterritorialização simbólica. Um total de 81 vilas árabes desapareceu por completo (Falah, 1996) nos conflitos que antecederam a criação do Estado de Israel, mudando a paisagem em nome de uma nova ordem política que teve o sionismo – movimento de criação de um lar nacional para o povo judeu – um dos seus pilares. Entre a Alemanha nazista, passando pelo genocídio armênio e chegando à Sérvia de Slobodan Milosevic, existe um número substancial de episódios de violência que buscaram criar uma paisagem genuinamente

nacional livre de elementos vistos como indesejados. É uma lógica que certamente auxilia a explicação acerca da destruição dos Budas de Baymian por parte do regime Talebã no Afeganistão. O nacionalismo é entremeado por um dogmatismo que contém fundamentos quase espirituais que afetam profundamente as pessoas conduzindo-as a atitudes extremadas, dentre as quais o desejo de purificar a nação de grupos estranhos aos seus valores (Bell-Fialkoff, 1993).

A memória nacional é a mais legítima das memórias coletivas (Pollak, 1989). Como em qualquer processo de negociação, a memória nacional carrega percepções reprimidas que ficam à margem das metanarrativas sobre a nação. As mudanças na ordem política abrem a possibilidade de um período de franca renegociação da memória nacional, geralmente conduzindo dada sociedade a um festejo apoteótico de simbolismos outrora reprimidos (Silva; Silva, 2022). A derrubada de simbolismos antigos, como a estátua de ditadores, representa, *inter alia*, a possibilidade de evidenciar o que foi reprimido da memória nacional. Com as mudanças na paisagem impostas por um novo regime político, indivíduos identificados com o *status quo ante* passam a experimentar sensações irresistíveis de um mergulho em uma atmosférica simbolicamente tóxica.

No interior da seara simbólica, Martin Auster (1997) considera que a paisagem como um todo é carregada de simbolismo, mas, em uma análise mais detida e particular, existem elementos que a compõem que contém um simbolismo *per si*. Assim como acontecimentos podem tornar-se tão grandiosos quanto os anos que marcam sua cronologia – vide o binômio 1789 e queda da Bastilha –, monumentos podem dominar as paisagens. As simbologias que carregam extravasam os seus domínios, como se passássemos a ver os seus arredores sobre as lentes coloridas de sua influência. Dentre os simbolismos que estão contidos na paisagem, é de se destacar o fato da arquitetura vernacular ser considerada um patrimônio nacional, muitas vezes protegida pela força da lei. A arquitetura expressa significados e seus símbolos inspiram a perpetuação de ideologias. Assim, a paisagem e a arquitetura são campos de batalhas aos quais interesses nacionais conflitantes são intermediados, suprimidos, alterados e perpetuados. A crença na existência da nação – uma comunidade imaginada – colabora para a manutenção e reprodução de traços arquitetônicos, compreendidos como patrimônios compartilhados entre os patriotas.

Wilbur Zelinsky (1986) destaca a força do Estado e do nacionalismo sobre a paisagem. Destaca que o Estado pode selecionar aquilo que deve ser lembrado pelo conjunto de sua população. Esta orientação, contudo, pode variar ao sabor da história: nos Estados Unidos, até

as duas primeiras décadas do século XX, pode-se notar vigorosa inclinação no erguimento de estruturas que aludiam de alguma forma à Revolução Americana. A partir de 1920, este padrão claramente se modificou (Zelinsky, 1986). Nos Estados Unidos a lealdade do cidadão perante o Estado e ao conjunto de valores nacionalistas apresenta-se destacada. É possível observar, mesmo no âmbito da propriedade privada, uma profusão de bandeiras estadunidenses (Zelinsky, 1986). O Estado pode ainda contribuir para a existência de heterotopias paisagísticas que façam referências ao triunfo de batalhas por meio da exibição de espólios de guerra. É o caso do obelisco egípcio na avenida Campos Elíseos em Paris.

É importante apontar que as categorias imaginadas certamente nos afetam em gradações distintas, fazendo com que as marcas que deixamos na paisagem sejam resultado de uma complexa trama de afetos que, por sua vez, movem nossa performance. A nação está na paisagem, mas os efeitos do seu afeto – ou seja, os efeitos das performances dos indivíduos afetados pela ideia de nação – são nublados pelos afetos de uma miríade de comunidades imaginadas diversas⁵ que atuam concomitantemente à nação no tecido paisagístico. Por outro lado, a nação se alimenta da paisagem: é do entrelace da comunidade imaginada com certa espacialidade que os mitos nacionais se fundam, perpetuam, significam e ressignificam. O círculo trajetivo entre a materialidade paisagística e a ideia de nação faz com que a paisagem seja o arcabouço da nação, marca e matriz que revela o pretérito e projeta o futuro daquilo que Benedict Anderson outrora chamou de comunidade imaginada.

É importante apontar que a ideia de comunidade imaginada aplicada à nação não significa dizer que exista uma aleatoriedade puramente idealista: nações, nacionalismos e identidades não são simplesmente produtos da imaginação, mas encontram inspiração e associação frente à materialidade mundana (Rembold; Carrier; 2011). Essa é justamente a razão da associação entre a nação e um dado espaço ser cara ao nacionalista; o substrato material é fundamental para o entrelace trajetivo que elabora e reelabora a ideia de nação, seus elementos constituintes e seu simbolismo.

Considerações finais

Trajetivamente, há de se considerar que o nacionalismo também impacta a paisagem, pois afeta de forma incisiva os agentes que deixam suas marcas na superfície terrestre. As imagens nacionais formam-se a partir de uma mistura envolvendo imagens externas –

⁵ Chamamos aqui de outras comunidades imaginadas as demais construções que Anu Sabhlok (2010) destacou como atuantes nas marcas paisagísticas, como gênero, raça e outras.

algumas das quais advindas da experiência colonial – e imagens construídas pelos nacionais – podemos aqui chamar de internas – que se entrelaçam dialeticamente com a materialidade da paisagem. Nesse sentido, a trajeção berqueniana é muito útil para pensarmos o mito da nação, construindo dialeticamente e se apresentando em movimento. Abstrações sobre a paisagem – o arcabouço da nação (Silva; Silva, 2022) – povoam a mente e afetam indivíduos, que reagem deixando suas marcas no espaço mediante crenças tomadas como certas. Os simbolismos expressos na paisagem são sinais de uma comunidade imaginada e afetam continuamente as pessoas que convivem com suas marcas espaciais inscritas. A paisagem, assim, apresenta-se como uma prensa capaz de marcar continuamente corações e mentes; ao mesmo tempo, é passível de ser renovada, trazendo marcas que revelam interpretações bem particulares oriundas das identidades. O processo dialético inspirado em Berque (1984) que vê a paisagem como marca e matriz, expressa a criatividade humana e se aplica de maneira formidável à temática aqui abordada. Assim, é importante considerar que a nação enquanto ente percebido e descritível é variável ao sabor das interpretações identitárias. David A. Butz (2009) destaca que alguns indivíduos possuem associações positivas frente a alguns símbolos nacionais enquanto outros possuem associações negativas frente aos mesmos símbolos. O autor argumenta que para compreender a razão dessas diferenças se faz necessário transitar pelos terrenos interdisciplinares que envolvem a antropologia, a ciência política, a sociologia e a psicologia social e cultural.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. Regions on the mind does not equal regions of the mind. **Progress in Human Geography**, v.23, i.1, p.91-96, 1999.
- AGNEW, John. Arguing with regions. **Regional Studies**, v.47, n.1, p.6-17, 2013.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia Cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **Geosul**, ano VIII, n.15, p.40-52, 1993.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANDERSON, Ben. Affect. (In): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**, John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.
- AUSTER, Martin. Monument in a landscape: the question of “meaning”. **Australian Geographer**, v.28, n.2, p.219-227, 1997.
- BADIE, Bertrand. **O Fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BADIE, Bertrand. **Um mundo sem soberania. Os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BELL-FIALKOFF, Andrew. A brief history of ethnic cleansing. **Foreign Affairs**, v.72, n.3, p.110-121, Summer, 1993.
- BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique por une géographie culturelle. **L’espace géographique**, tome 13, n.1, p.33-34, 1984.
- BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, Verão, p.4-12, 2012.
- BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.
- BILLIG, Michael. **Banal Nationalism**. London: Sage Publications, 1995.
- BUTZ, David A. National Symbols as Agents of Psychological and Social Change. **Political Psychology**, v.30, n.5, p.779-804, 2009.
- COSGROVE, Denis. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **The Canadian Geographer**, v.XXII, n. 1, p.66-72, 1978.
- COSGROVE, Denis. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, Vol. 5, Issue I, p.1-11, 1983.
- CUSACK, Tricia. Introduction: Riverscapes and the Formation of National Identity. **National Identities**, v.9, n.2, p.101-104, June, 2007.

DAYARATNE, Ranjith. Landscapes of nation: Constructing national identity in the deserts of Bahrain. **National Identities**, v.14, n.3, p.309-327, 2012.

DOAK, Kevin M. What is a Nation and Who Belongs? National Narratives and the Ethnic Imagination in Twentieth-Century Japan. **The American Historical Review**, v.102, n.2, p.283-309, April, 1997.

FALAH, Ghazi. The 1948 Israeli-Palestinian War and its Aftermath: The Transformation and De-Signification of Palestinian's Cultural Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v.86, n.2, p.256-285, 1996.

GAVIN, Masako. Nihon Fukeiron (Japanese Landscape): nationalistic or imperialistic? **Japan Forum**, v.12, n.2, p.219-231, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nationalism**. London: The Orion Publishing Group, 1997.

GILROY, Paul. Race ends here. Abingdon, Oxford: **Ethnic and Racial Studies**, vol. XXXI, nº5, pp.838-847, 1998.

GRAHAM, Brian J. No place of the mind: contested protestant representations of Ulster. **Ecumene**, v.1, n.3, p.257-281, 1994.

GREGORY, Derek. Areal Differentiation and Post-Modern Human Geography. (in): GREGORY, Derek; WALFORD, Rex (eds). **Horizons in Human Geography**. London: Macmillan, 1989.

GUELKE, Leonard. Nietzsche and postmodernism in geography: An idealist critique. **Philosophy & Geography**, v.6, n.1, p.97-116, 2003.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.

HAMMETT, Daniel. From banal to everyday nationalism: narrations of nationhood. **Geography**, v.106, n.1, p.16-24, 2021.

HÄYRYNEN, Maunu. The Kaleidoscopic View: The Finnish National Landscape Imagery. **National Identities**, v.2, n.1, p.5-19, 2000.

HUTTA, Jan Simon. The affective life of semiotics. **Geographica Helvetica**, v.70, i.4, p.295-309, October, 2015.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

INGOLD, Tim. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v.14, i.1, p.1-16, April, 2007.

KAPLAN, David H.; HERB, Guntram H. How geography shapes national identities. **National Identities**, v.13, n.4, p.349-360, 2011.

MIKESELL, Marvin W. The myth of nation state. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.257-260, 1983.

MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PILE, Steven. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v.35, n.1, p.5-20, January, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RAENTO, Pauliina; BRUNN, Stanley D. Picturing a nation: Finland on postage stamps 1917-2000. *National Identities*, v.10, n.1, p.49-75, March, 2008.

REMBOLD, Elfie; CARRIER, Peter. Space and identity: constructions of national identities in an age of globalization. *National Identities*, v.13, n.4, p.361-377, 2011.

SABHLOK, Anu. National identity in relief. **Geoforum**, v.41, p.743-751, 2010.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHLOSSER, Kolson. Intertextuality and Psychic Space. **Literary Geographies**, v.4, n.1, p.24-28, 2018.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **Geographia**, v.23, n.50, p.1-13, 2021.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: espaço e tempo**, v.24, n.3, p.533-546, dezembro, 2020a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A (i)materialidade da cultura. **Recital**, v.2, n.2, p.96-115, 2020b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; SILVA, Larissa Santos Rocha da. Paisagem: O arcabouço da nação. **Revista de Geopolítica**, v.13, n.2, p.1-17, 2022.

SKEY, Michael. The national in everyday life: A critical engagement with Michael Billig's thesis of Banal Nationalism. **The Sociological Review**, v.57, n.2, p.331-346, 2009.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TAKEUCHI, Keiichi. Some remarks on the texts by foreigners on Japan up to the end of the nineteenth century. **Regional Views**, n.12, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAN EEDEN, Jeanne. Surveying the “Empty Land” in Selected South African Landscape Postcards. **International Journal of Tourism Research**, v.13, p.600-612, January, 2011.

VANNINI, Philip. Non-Representational Research Methodologies: An Introduction. (in) VANNINI, Philip. **Non-Representational Methodologies: Re-Envisioning Research**. New York: Routledge, 2015.

WALTON, Judy R. How Real(ist) can you get? **Professional Geographer**, v.47, i.1, p.61-65, 1995.

WHATMORE, Sarah. Materialist returns: practicing cultural geography in and for a more-than-human world. **Cultural Geographies**, v.13, i.4, p.600-609, October, 2006.

WISHART, David. Period and region. **Progress in Human Geography**, v.28, n.3, p.305-319, 2004.

WOODWARD, K; DIXON, D. P; JONES, J. P. Poststructuralism/Poststructuralist Geographies. (in) KITCHIN R; THRIFT N. (eds). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, v.8, p.396-407, 2009.

ZELINSKY, Wilbur. The changing face of nationalism in the american landscape. **The Canadian Geographer**, v.30, i.2, p.171-175, June, 1986.

CRedit Author Statement

- ☐ **Financiamento:** Não se aplica.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não se aplica.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Leonardo Luiz Silveira da Silva (Revisão teórica; construção da argumentação); Alfredo Costa (Elaboração metodológica; Discussão dos resultados; Revisão textual)
-